MINUTA DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Processo Administrativo n° 1418/08-2026

O MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO POR LOTE** NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.822/2026, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado através da PORTARIA N° 34/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica ***www.portaldecompraspublicas.com.br.***

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	• **Secretaria Municipal de Administração**
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	**10:00h** do dia **26/11/2026** (Horário de Brasília).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	**23:59h** do dia **07/12/2026** (Horário de Brasília).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	**10:01h** do dia **10/12/2026** (Horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**10:01h** do dia **10/12/2026** (Horário de Brasília).
LOCAL:	***www.portaldecompraspublicas.com.br***
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**

1. O OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, visando a Formação de Registro de preço para o **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade à internet, destinados ao atendimento das unidades administrativas, educacionais e de saúde do Município de Goianinha /RN, incluindo instalação, fornecimento e disponibilização dos equipamentos necessários, manutenção e suporte técnico, de modo a assegurar conectividade estável, contínua e adequada ao funcionamento dos serviços públicos municipais,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada por **lote único,** conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3 O critério de julgamento adotado para a presente licitação será o de **MENOR PREÇO POR LOTE** observando as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Público, ***www.portaldecompraspublicas.com.br***.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, quando atendido os critérios nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.1 e 3.8.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.1 e 3.8.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.16 deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que;

4.5 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.6 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.7 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.8 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.9 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.11 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.12 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.13 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.14 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.18 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.19 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.20 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.21 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.22 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.23 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.24 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.25 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

valor unitário ou desconto, conforme o caso do item; Marca;

Fabricante;

5.2 Quantidade cotada, devendo estar de acordo com o quantitativo da presente licitação, não podendo oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para a contratação;

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10 O prazo de validade

5.11 da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.13 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.14 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado conforme o critério de julgamento do item;

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (HUM CENTAVO).**

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.24.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.2 avaliações do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.24.3 desenvolvimentos pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.4 desenvolvimentos pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.25 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.25.2 empresas brasileiras;

6.25.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.27 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.30 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no máximo **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31 O prazo supracitado poderá ser prorrogado a depender da complexidade de sua elaboração e da solicitação do licitante, ficando discricionário ao pregoeiro conceder a prorrogação;

6.32 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.33 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, , especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *Caput*)

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.10 deste edital.

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.11. contiver vícios insanáveis;

7.12. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.13. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.14. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.15. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o ***Caput***, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.18. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.19. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.20. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.22. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.23. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.24. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.25. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.26. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada/registrada.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados através do ***www.portaldecompraspublicas.com.br*** pelos licitantes.

8.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados enviados e anexados no ***www.portaldecompraspublicas.com.br*** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em arquivo único), no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.18. A verificação de exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.19. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.20. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.22. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e **desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

8.23. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.24. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.

8.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.28. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio ***www.portaldoempreendedor.gov.br***;

9.3 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

9.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8 Cópia de identificação dos sócios da empresa, com foto.

9.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.1 CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2 Prova de inscrição no Cadastro Municipal ou Estadual da empresa Licitante, conforme o caso;

10.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

11.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercício social, na forma da lei, registrado na junta comercial do estado, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

11.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

12.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
12.2. Demais requisitos, inclusive para fins de contratação, estarão dispostos no termo de referência anexo ao edital.

12.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

12.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado ***TERÁ O PRAZO DE 02 DIAS***, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem

prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.5.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.5.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

14.6 O prazo de vigência da contratação poderá ser até 12 (doze) meses contados da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

15.1.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

15.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.7 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DOS RECURSOS

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.4 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente no

www.portaldecompraspublicas.com.br, sob pena de preclusão;

16.5 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

16.6 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.7 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.8 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.9 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico ***www.portaldecompraspublicas.com.br***;

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.2 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.3.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.3.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.3.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.3.4 deixar de apresentar amostra;

17.3.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.3.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação;

17.3.9 fraudar a licitação

17.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.3.11 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.3.12 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.3.13 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.3.14 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.3.15 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.4 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil 17.4.1 e criminal:

17.4.2 advertência;

17.4.3 multa;

17.4.4 impedimento de licitar e contratar e

17.4.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

17.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

17.7 Para as infrações previstas nos itens 17.2, 17.3 e 17.3.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.8 Para as infrações previstas nos itens 17.3.7, 17.3.8, 17.3.9, 17.3.13 e 17.3.14, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.9 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.10 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.11 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.2, 17.3 e 17.3.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.12 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.3.7, 17.3.8, 17.3.9, 17.3.13 e 17.3.14, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3 e 17.3.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.13 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.3.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.14 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.15 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.16 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.17 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo ***www.portaldecompraspublicas.com.br***.

18.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico ***www.portaldecompraspublicas.com.br***.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Minuta da Ata de Registro de Preço
ANEXO II – Modelo de proposta de preços
ANEXO III - Minuta do Termo de Contrato
ANEXO IV – Termo de Referência
ANEXO V – Pesquisa Formal de Preços

Goianinha/RN, 24 de novembro de 2026

João Marcelo da Silva Farias
Agente de Contratação

ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/XXXX-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/202X, ÀS----H----MIN ( )
HORAS. LOCAL: **PREFEITURA MUNCIPAL DE GOIANINHA/RN**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A empresa: .....declara que:

1 estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagensadequadas.
2 validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
3 prazo de início de fornecimento/execução dos objetos de acordo com o estabelecido no termo de referência (Anexo IV) do edital desse processo.
4 que **não possui** como sócio, gerente e diretores, servidores da **Prefeitura Municipal de Goianinha/RN**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
5 que o prazo de início da entrega dos equipamentos será de acordo com os termos estabelecidos no Anexo IV, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, todos os itens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.
Local e data

_____
Carimbo da empresa/assinatura do responsável

obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Goianinha-RN, através da Secretaria Municipal de Administração (Órgão Gerenciador), com sede na xxxxxxxxxxxxx, Centro, na cidade de Goianinha-RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.162.687/0001-73, neste ato representada pela Prefeita Constitucional, XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da matrícula funcional nº XXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/XXXX.
, processo administrativo n.º XXX/XXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do decreto municipal nº 1.822/2026, e em conformidade com as disposições aseguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para XXXXXXX, especificado (s) no (s) item (ns) do Termo de Referência, Anexo IV do edital de Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES EQUANTITATIVOS.

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
REPRESENTANTE:					
E-MAIL:				**TEL.: ( )**	
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UNID.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTA**
VALOR TOTAL:					

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público

3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.1.4 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.1.5 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.3 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.4 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.5 Dos limites para as adesões: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 Vedação a acréscimo de quantitativos: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa,

autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.8 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

4.9 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.9.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.9.1 Mantiverem sua proposta original.

4.10 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.11 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.12 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.13 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o edital somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.13.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

4.13.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.14 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.15 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.16 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.17 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.18 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições

estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.13, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.19 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.20 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.21 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.22 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.2 2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7. 1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.3 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.4 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.5 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.9 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.10 Por razão de interesse público;

7.11 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.12 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

8.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL.*

9.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI O (A).....E A EMPRESA.....

A Prefeitura Municipal de..... por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a) ....., na cidade de/Estado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, Sr..... , portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o), e CPF nº....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº , tendo em vista o que consta no Processo nº..... e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto Municipal n°1.822/2026, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA –OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
REPRESENTANTE:					
E-MAIL:				**TEL.: ( )**	
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UNID.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a)....,

na
forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R$..... ( )

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data

do orçamento estimado, em _/ _/ _(DD/MM/AAAA).

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____(indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.2.1 São obrigações do Contratante:

7.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no item 13 do Termo de Referência;

7.2.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.2.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.2.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.2.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.2.9 Cientificar a Procuradoria Municipal de Goianinha/RN para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.2.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com

terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário

à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.1.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.1.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.1.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
10.1.4 **A multa será aplicada nos termos da Lei nº14.133/2023 e demais legislações aplicáveis.**

10.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no ***Caput*** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
10.8.2 as peculiaridades do caso concreto;
10.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.8.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

10.9 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa

administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

11.4 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.5 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

11.6 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.7 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.9 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.10 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

11.11 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.12 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal de Goianinha/RN deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Goianinha/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92,
§1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXX/XX, XX de XXXXXXX.de 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável Legal da CONTRATADA

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, EM REGIME DE BANDA LARGA E LINK DEDICADO

Art. 6º, XXII, da Lei Federal nº 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de internet via fibra óptica, para atendimento às demandas das diversas secretarias, órgãos, unidades administrativas, educacionais e de saúde da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, compreendendo solução completa de conectividade, inclusive instalação, configuração, ativação, manutenção, suporte técnico, fornecimento de todos os materiais, insumos, acessórios e componentes necessários, bem como disponibilização, em regime de comodato, dos equipamentos indispensáveis à prestação dos serviços, conforme especificações técnicas e quantidades constantes deste instrumento.

1.2. Os serviços serão prestados de forma contínua, pelo período de 12 (doze) meses, mediante contratação decorrente de Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem programação de fornecimento parcelado de unidades consumíveis, em razão da natureza de disponibilidade permanente do objeto. O preço mensal ofertado por ponto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral da solução, vedada qualquer cobrança adicional por instalação, materiais, equipamentos em comodato, manutenção ou demais recursos indispensáveis à disponibilização e continuidade do serviço.

1.3. Os serviços deverão ser prestados com qualidade compatível com as exigências de continuidade dos sistemas administrativos e de saúde municipais, observados os princípios da eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP) previamente desenvolvido para este fim, em conformidade com o art. 6º, XXII, e o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir, de forma contínua e estável, a conectividade à internet das unidades administrativas, educacionais e de saúde do Município de Goianinha/RN, indispensável ao funcionamento dos sistemas de execução orçamentária e financeira, dos sistemas de saúde, dos processos administrativos eletrônicos e da transmissão de obrigações a órgãos de controle e a plataformas federais, a exemplo do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.2. A ausência de solução contratada e permanentemente disponível para esse fim acarretaria a interrupção ou a degradação dos sistemas informatizados municipais, com risco de descumprimento de obrigações legais perante órgãos de controle, comprometimento do atendimento ao cidadão e violação do princípio da continuidade dos serviços públicos, previsto no art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A divisão da contratação em dois itens de natureza técnica distinta, conforme detalhado no item 5 deste Termo de Referência, decorre da identificação de perfis de demanda diferenciados entre as unidades municipais: 70 pontos de menor criticidade, adequadamente atendidos por internet banda

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

larga empresarial, e 10 pontos de maior criticidade, que demandam link dedicado com garantia de banda exclusiva e SLA rigoroso, em observância ao princípio da economicidade.

2.4. A opção pelo Sistema de Registro de Preços, detalhada no item 15 deste Termo de Referência, justifica-se pela conveniência de manter preços registrados e válidos durante toda a vigência da ata, permitindo à Administração contratar eventual ampliação de capacidade sem a instauração de novo procedimento licitatório a cada demanda, conforme fundamentado no ETP balizador do presente instrumento.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência enquadram-se na categoria de serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis com base em especificações usuais de mercado, sem exigência de análise técnica subjetiva ou de elevado grau de especialização para a sua avaliação.

3.2. O fornecimento de internet banda larga empresarial e de link dedicado via fibra óptica constitui atividade amplamente difundida no mercado de telecomunicações, com metodologias padronizadas de instalação, ativação e suporte técnico, reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e com referências de preço obtidas em processos licitatórios de outras esferas de governo, o que demonstra a objetividade dos padrões de qualidade e desempenho exigíveis.

3.3. O enquadramento como serviço comum torna a modalidade Pregão Eletrônico a forma adequada para a contratação, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Base Jurídica

4.1.1. A presente contratação encontra amparo nos seguintes dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021:
a) art. 5º, princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade, planejamento, transparência e sustentabilidade;
b) art. 6º, XXII, requisitos do Termo de Referência;
c) art. 18, obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar;
d) art. 28, II, e art. 82 e seguintes, Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços;
e) art. 86, §1º, dispensa da Intenção de Registro de Preços, e §2º, adesão por órgão não participante.

4.2. Fundamento Técnico e Administrativo

4.2.1. A contratação foi precedida de Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos termos do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que demonstrou:
a) a existência de necessidade pública real e contínua de conectividade à internet das unidades municipais;
b) a inadequação das demais alternativas tecnológicas disponíveis (enlace via rádio digital, internet via satélite, banda larga residencial compartilhada) para o atendimento integral da demanda;
c) a adequação de duas soluções de mercado distintas e complementares (banda larga empresarial e link dedicado), cada uma proporcional à criticidade do respectivo perfil de demanda;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

d) a vantajosidade da contratação via Sistema de Registro de Preços frente à realização de processos licitatórios isolados a cada necessidade de ampliação.

4.3. Fundamento Econômico e de Vantajosidade

4.3.1. A vantajosidade econômica da contratação é evidenciada pela divisão do objeto em itens tecnicamente diferenciados, o que evita a contratação de link dedicado, de custo mensal superior, para pontos cuja criticidade não o exige, otimizando a alocação dos recursos públicos disponíveis.

4.4. Conclusão

4.4.1. A presente contratação é tecnicamente necessária, juridicamente fundamentada e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público primário e aos princípios que regem as contratações públicas, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. Visão Geral

5.1.1. A solução adotada consiste na contratação, mediante Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações para o fornecimento, via fibra óptica, de 70 pontos de internet banda larga empresarial (700 Mbps) e 10 pontos de link dedicado (1 Gbps), para atendimento contínuo das unidades administrativas, educacionais e de saúde do Município de Goianinha/RN, sob a forma de solução completa, abrangendo todos os meios materiais e técnicos necessários à instalação, ativação, operação e manutenção dos serviços.

5.2. Escopo dos Serviços

5.2.1. Os serviços contratados compreenderão, de forma integrada, para ambos os itens:
a) fornecimento de conexão à internet via infraestrutura de fibra óptica, na velocidade mínima estabelecida para cada item;
b) instalação, configuração e ativação da conexão em cada ponto indicado pelo Município, incluindo o fornecimento, transporte e aplicação, às expensas da CONTRATADA, de todos os materiais, insumos, cabos, conectores, adaptadores, fontes, suportes, acessórios, componentes, ferramentas e demais recursos técnicos necessários ao perfeito funcionamento de cada ponto, bem como o fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos necessários, tais como roteador, modem/ONT, switch ou equipamento de funcionalidade equivalente;
c) fornecimento de bloco de endereços IP públicos fixos, na quantidade mínima a ser definida no item 26 deste Termo de Referência;
d) suporte técnico empresarial, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, para abertura e acompanhamento de chamados;
e) manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura, dos materiais instalados e dos equipamentos fornecidos, incluindo reparo, substituição, reposição e atualização dos componentes que se mostrarem defeituosos, inadequados, insuficientes ou tecnologicamente incompatíveis com os níveis de serviço contratados, sem custo adicional para o Município;
f) fornecimento de relatórios periódicos de desempenho e disponibilidade da conexão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

5.2.2. Todos os custos necessários à execução integral da solução, inclusive instalação, deslocamentos, mão de obra, materiais, insumos, cabos, conectores, acessórios, componentes, manutenção, substituições e equipamentos disponibilizados em comodato, deverão estar integralmente incluídos no preço mensal ofertado para cada ponto. Não será admitida cobrança separada ou posterior de taxa de instalação, locação de equipamento, fornecimento de material ou qualquer outro encargo indispensável à disponibilização, operação e manutenção do serviço contratado.

5.3. Forma de Prestação

5.3.1. Os serviços serão prestados de forma contínua e ininterrupta, mediante emissão de Ordem de Serviço pelo gestor ou fiscal do contrato para a instalação inicial de cada ponto, seguida de prestação permanente durante toda a vigência contratual.

5.4. Integração com a Gestão Interna

5.4.1. A solução será gerida pelo Gestor e Fiscal do Contrato.

5.5. Ciclo de Vida

5.5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. O contrato decorrente, caso celebrado, por se tratar de serviço de natureza contínua, poderá ter vigência própria de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, independentemente do prazo de vigência da ata.

5.6. Sustentabilidade

5.6.1. A empresa contratada deverá observar, sempre que possível e sem comprometimento da economicidade, critérios de eficiência energética nos equipamentos fornecidos e práticas de descarte ambientalmente adequado, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, nos termos detalhados no item 11 deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os requisitos a seguir são exigências mínimas obrigatórias para a execução contratual. São condições de execução do contrato, não de habilitação, salvo onde expressamente indicado.

6.1. Requisitos Funcionais

6.1.1. São requisitos funcionais mínimos da solução contratada:
a) disponibilidade contínua de conexão, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, sem interrupções que comprometam o funcionamento dos sistemas informatizados municipais;
b) para o item 1, estabilidade compatível com uso empresarial, sem a exigência de banda dedicada exclusiva; para o item 2, garantia integral e exclusiva da largura de banda contratada;
c) baixa latência e estabilidade compatíveis com o uso de sistemas web, videoconferência e transmissão de dados a órgãos de controle;
d) geração de relatórios periódicos de desempenho e disponibilidade, permitindo o controle gerencial pelo fiscal do contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

6.2. Requisitos Operacionais

6.2.1. A empresa contratada deverá garantir atendimento por, no mínimo, dois canais formais de comunicação, com tempo de resposta compatível com a urgência das demandas, observados os prazos definidos no item 9 deste Termo de Referência.

6.2.2. O preposto designado pela empresa contratada deverá ter poderes para resolver questões operacionais no prazo máximo definido no item 9, sendo o único interlocutor oficial da empresa junto à Administração Municipal para as questões do dia a dia contratual.

6.2.3. A CONTRATADA deverá prover, sem ônus adicional para o Município, todos os meios materiais e técnicos necessários à instalação, ativação e manutenção de cada ponto, inclusive materiais, insumos, acessórios, componentes e equipamentos em comodato, responsabilizando-se por sua conservação, substituição e reposição durante toda a vigência contratual.

6.3. Requisitos de Qualificação do Prestador

6.3.1. O prestador a ser contratado deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e possuir outorga ou autorização da ANATEL para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) ou serviço equivalente, quando exigível.

6.4. Requisitos de Sigilo e Proteção de Dados

6.4.1. A empresa contratada deverá observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei nº 13.709/2018) quanto ao tráfego de dados institucionais, sendo vedado o uso de informações obtidas em razão da execução contratual para finalidades distintas das contratuais.

6.5. Requisitos Legais, Administrativos e de Qualidade

6.5.1. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, a regularidade das certidões e documentos exigidos na fase de habilitação, e observar as normas técnicas e regulamentares expedidas pela ANATEL aplicáveis à prestação do serviço.

6.5.2. Toda a comunicação entre a contratada e a Administração Municipal deverá ser realizada por meios formais, de modo a garantir o registro e a rastreabilidade de todas as solicitações, confirmações, alterações e ocorrências contratuais.

6.6. Requisitos de Qualidade e Desempenho

6.6.1. Para o item 1 (banda larga empresarial), exige-se índice mínimo de disponibilidade de 99% (noventa e nove por cento) ao mês. Para o item 2 (link dedicado), exige-se índice mínimo de disponibilidade de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) ao mês, com garantia integral e exclusiva da largura de banda contratada.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Forma de Prestação e Ordem de Serviço

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

7.1.1. A instalação de cada ponto será precedida de Ordem de Serviço emitida pelo fiscal do contrato, encaminhada à empresa contratada pelo canal de comunicação formal definido no instrumento contratual, contendo o endereço completo do ponto, a unidade municipal correspondente e o item de capacidade aplicável (1 ou 2).

7.1.2. Nenhuma instalação poderá ser realizada sem a correspondente Ordem de Serviço formal.

7.2. Responsabilidades da Contratada

7.2.1. Constituem responsabilidades da empresa contratada:
a) realizar vistoria técnica e executar a instalação, configuração e ativação da conexão em cada ponto, nos prazos estabelecidos no item 9 deste Termo de Referência, fornecendo todos os materiais, insumos, cabos, conectores, acessórios, componentes, mão de obra, ferramentas e demais recursos necessários;
b) fornecer, instalar, configurar, manter, substituir e, quando necessário, atualizar os equipamentos indispensáveis à prestação dos serviços, em regime de comodato, durante toda a vigência contratual, sem custo adicional para o Município;
c) prestar suporte técnico empresarial, conforme os indicadores definidos no item 7.4;
d) emitir notas fiscais regulares mensalmente, acompanhadas de relatório de desempenho e disponibilidade por ponto;
e) considerar incluídos no preço contratado todos os custos necessários à execução integral da solução, sendo vedada a cobrança adicional por instalação, materiais, equipamentos, manutenção, substituições, deslocamentos ou quaisquer recursos indispensáveis à prestação dos serviços.

7.3. Responsabilidades da Contratante

7.3.1. Constituem responsabilidades da Administração Municipal:
a) emitir as Ordens de Serviço de instalação de forma clara, completa e tempestiva;
b) viabilizar o acesso da contratada aos locais de instalação;
c) realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos do item 22;
d) efetuar o pagamento no prazo estabelecido, após o recebimento definitivo e a liquidação da nota fiscal.

7.4. Monitoramento e Indicadores

7.4.1. O desempenho da contratada será monitorado pelo fiscal do contrato com base nos seguintes indicadores mínimos:

Indicador	Meta	Consequência do Não Atingimento
Prazo de instalação e ativação de cada ponto	100% dentro de 15 dias corridos	Notificação; reincidência → multa
Disponibilidade mensal (item 1)	Mínimo de 99%	Glosa proporcional; reincidência → multa
Disponibilidade mensal (item 2)	Mínimo de 99,5%	Glosa proporcional; reincidência → multa
Atendimento à abertura de chamado	100% dentro de 1 hora	Notificação; reincidência → multa
Reparo de interrupção total (item 2)	100% dentro de 4 horas	Multa por descumprimento de SLA
Entrega do relatório mensal	Até o 5º dia útil do mês seguinte	Multa por descumprimento de prazo

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

7.5. Procedimento em Caso de Falhas

7.5.1. Na hipótese de falha operacional da contratada, o fiscal do contrato notificará a empresa formalmente, exigindo a adoção de medidas corretivas nos prazos definidos no item 9. O descumprimento reiterado ensejará a aplicação das penalidades previstas no item 25 deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

8.1. Designação e Segregação de Funções

8.1.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por Gestor e Fiscal formalmente designados pela autoridade competente, nos termos dos arts. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021, garantida a segregação de funções entre os dois papéis.

8.2. Atribuições do Gestor do Contrato

8.2.1. Compete ao Gestor do Contrato coordenar o acompanhamento global da execução, autorizar o recebimento definitivo, deliberar sobre não conformidades, instruir processos de alteração contratual e comunicar à autoridade competente o atingimento de 70% do valor contratado, para adoção das medidas de continuidade da contratação.

8.3. Atribuições do Fiscal do Contrato

8.3.1. Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar a instalação de cada ponto, realizar o recebimento provisório, registrar formalmente as ocorrências contratuais, conferir os valores cobrados na nota fiscal e controlar o saldo contratual disponível.

8.4. Instrumentos de Controle

8.4.1. O controle da execução será exercido mediante: registro de ocorrências; planilha de controle de pontos instalados e em operação; relatório mensal de desempenho e disponibilidade fornecido pela contratada; e termos de recebimento provisório e definitivo.

9. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

Este item consolida e detalha, no âmbito do presente Termo de Referência, as condições operacionais já descritas no ETP aprovado.

9.1. Fluxo Operacional de Instalação

9.1.1. A instalação de cada ponto seguirá o fluxo a seguir:
a) emissão de Ordem de Serviço pelo fiscal do contrato, com indicação do endereço e do item aplicável;
b) vistoria técnica pela empresa contratada e apresentação de cronograma de instalação;
c) instalação, configuração e ativação da conexão, com fornecimento e aplicação de todos os materiais, insumos, cabos, conectores, acessórios, componentes e equipamentos necessários, estes últimos em regime de comodato quando vinculados à prestação continuada, seguida de testes de desempenho na presença do fiscal ou de servidor por ele designado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

d) registro da ativação no controle interno, com vínculo à Ordem de Serviço correspondente.

9.2. Prazos de Execução

9.2.1. Os prazos a seguir são de observância obrigatória pela empresa contratada, constituindo parâmetro para a aplicação das penalidades previstas no item 25:

Nº	Evento/Obrigação	Prazo Máximo	Contagem
1	Instalação e ativação inicial de cada ponto	15 (quinze) dias corridos	A partir da emissão da Ordem de Serviço
2	Atendimento à abertura de chamado técnico	1 (uma) hora	A partir da abertura do chamado, em qualquer horário
3	Reparo de interrupção total da conexão (item 2)	4 (quatro) horas	A partir da abertura do chamado
4	Reparo de interrupção total da conexão (item 1)	8 (oito) horas	A partir da abertura do chamado
5	Reparo de degradação parcial de desempenho	8 (oito) horas	A partir da abertura do chamado
6	Entrega do relatório mensal de desempenho	Até o 5º dia útil do mês seguinte	A partir do encerramento do mês de referência
7	Resposta a questionamentos do fiscal do contrato	1 (um) dia útil	A partir do recebimento da consulta pelo canal oficial

9.3. Estratégia de Suprimento

9.3.1. A estratégia de suprimento adotada é a de contratação de serviço de disponibilidade contínua e permanente para os 80 pontos identificados, com instalação escalonada conforme cronograma a ser acordado entre o gestor do contrato e a contratada, observado o prazo máximo de instalação por ponto definido no item 9.2. A prestação terá caráter de solução completa, cabendo à CONTRATADA assumir todos os meios materiais e técnicos necessários à entrega e manutenção do resultado contratado.

9.3.2. Os equipamentos necessários à prestação continuada dos serviços serão disponibilizados pela CONTRATADA em regime de comodato durante a vigência contratual, permanecendo sob sua responsabilidade a manutenção, substituição, reposição e atualização quando necessárias ao atendimento dos níveis de serviço pactuados, sem ônus adicional para o Município.

9.4. Canais Formais de Comunicação

9.4.1. A comunicação entre a Administração Municipal e a empresa contratada será realizada exclusivamente por canais formais que garantam registro e rastreabilidade, sendo vedada a realização de solicitações verbais sem posterior formalização escrita.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

10.1. Critérios de Medição

10.1.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, por ponto efetivamente instalado, aceito e em operação, com base no relatório mensal de desempenho e disponibilidade apresentado pela contratada. O valor mensal por ponto terá natureza global e remunerará integralmente a solução

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

contratada, inclusive instalação, materiais, insumos, acessórios, componentes, manutenção, suporte técnico e disponibilização dos equipamentos necessários em regime de comodato.

10.1.2. O valor mensal apurado estará sujeito a glosa proporcional quando a disponibilidade efetiva de qualquer ponto, no período de referência, for inferior ao índice mínimo estabelecido no item 6.6 deste Termo de Referência, conforme fórmula a ser detalhada no instrumento contratual.

10.1.3. Não serão objeto de medição ou pagamento autônomo a instalação, os materiais, os equipamentos em comodato, a manutenção, a substituição de componentes ou quaisquer outros recursos necessários à disponibilização do serviço, por constituírem encargos já incorporados ao preço mensal contratado por ponto.

10.2. Condições para Pagamento

10.2.1. O pagamento será realizado mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do ateste do gestor do contrato, condicionado ao recebimento definitivo dos serviços do período, à apresentação de nota fiscal regular e à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

10.3. Vedação de Pagamento Antecipado

10.3.1. É vedado o pagamento antecipado de qualquer parcela, bem como o pagamento de pontos não efetivamente instalados e aceitos pelo fiscal do contrato.

10.4. Irregularidades na Nota Fiscal

10.4.1. Havendo irregularidade na nota fiscal, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização pela contratada, sem que isso configure mora da Administração Municipal.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

11.1. Em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada deverá observar, na execução do contrato, os seguintes critérios de sustentabilidade, que constituem condições de execução e não requisitos de habilitação:
a) descarte ambientalmente adequado de equipamentos eletrônicos substituídos, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
b) preferência, sempre que tecnicamente equivalente, por equipamentos com certificação de eficiência energética;
c) emissão de relatórios e comunicações contratuais preferencialmente em formato eletrônico.

11.2. Os critérios de sustentabilidade estabelecidos neste item são proporcionais à natureza do objeto contratado e não configuram requisitos de habilitação nem impõem exigências desproporcionais que restrinjam a competitividade do processo de seleção.

12. CRITÉRIOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

12.1. Em conformidade com o art. 5º, incisos IV e VII, da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada deverá observar, durante toda a vigência contratual, os critérios sociais e trabalhistas a seguir, que constituem condições de execução do contrato, e não de habilitação.

12.2. Critério A – Condições de Trabalho Dignas e Legais: a empresa contratada deverá assegurar, a todos os seus empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, remuneração compatível com o piso da categoria profissional, registro formal em carteira de trabalho e condições de saúde e segurança ocupacional compatíveis com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente quanto a trabalhos em altura e em instalações de infraestrutura de telecomunicações.

12.3. Critério B – Vedação a Práticas Trabalhistas Ilícitas: é expressamente vedada a utilização, na execução do contrato, de trabalho infantil em qualquer de suas formas e de trabalho em condição análoga à de escravo, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e do art. 149 do Código Penal.

12.4. Critério C – Regularidade Trabalhista e Previdenciária: a empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, sua regularidade junto ao FGTS, ao INSS e às demais obrigações trabalhistas e previdenciárias.

12.5. Critério D – Transparência e Integridade: a empresa contratada deverá conduzir suas atividades com ética e transparência, abstendo-se de práticas de corrupção, suborno ou fraude, sob pena das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 14.133/2021.

12.6. O cumprimento dos critérios sociais e trabalhistas será verificado pelo fiscal do contrato por ocasião de cada pagamento. O descumprimento comprovado ensejará a aplicação das sanções previstas no item 25 deste Termo de Referência.

13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

13.1. O valor estimado da presente contratação será apurado mediante pesquisa formal de preços de mercado, a ser realizada pelo Setor de Compras Municipal, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, contemplando, no mínimo, três fontes ou cotações distintas para cada um dos itens definidos no item 26 deste Termo de Referência. As cotações deverão adotar preço mensal global por ponto e considerar integralmente os custos de instalação, materiais, insumos, acessórios, manutenção, suporte técnico e disponibilização dos equipamentos necessários em regime de comodato, de modo a impedir a formação de preços incompletos ou cobranças adicionais posteriores.

13.2. O resultado da pesquisa formal de preços constituirá documento integrante deste Termo de Referência, a ele anexado tão logo concluído, sendo o instrumento que efetivamente balizará o valor de referência da licitação e a análise de aceitabilidade das propostas.

13.3. A estimativa preliminar e parametrizada constante do ETP que fundamenta este Termo de Referência possui caráter exclusivamente indicativo e de planejamento orçamentário inicial, não vinculando o valor de referência da presente licitação.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica, devidamente consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício vigente, a ser indicada pela Secretaria Municipal de Finanças antes da publicação do edital.

14.2. A contratação é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, observando as disposições dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.3. Caso a vigência contratual ultrapasse o exercício financeiro em curso, as despesas dos exercícios subsequentes estarão condicionadas à existência de dotação orçamentária suficiente na respectiva LOA, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

15.1. A forma de seleção do fornecedor é a licitação para Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, II, combinado com o art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. É dispensada a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), com fundamento no art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021, pelos fundamentos detalhados no ETP balizador deste Termo de Referência, ligados à peculiaridade locacional do objeto, à celeridade processual e à capacidade operacional do órgão gerenciador.

15.3. É admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes (carona), nos termos e limites do art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei nº 14.133/2021, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

15.4. Por se tratar de objeto cuja natureza permite ampla definição objetiva de especificações técnicas e desempenho, não há reserva de cota para ME/EPP nos termos do art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006, em razão do valor estimado do lote (grupo de itens) superar o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto no art. 48, I, do mesmo diploma legal, a ser confirmado quando da conclusão da pesquisa formal de preços referida no item 13 deste Termo de Referência.

16. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

16.1. O critério de julgamento adotado é o de menor preço por lote (grupo de itens), nos termos do art. 33, I, e do art. 34 da Lei nº 14.133/2021. Os itens 1 e 2 compõem um único lote, devendo o licitante apresentar proposta para a integralidade do lote, sendo vedada a apresentação de proposta para item isolado, conforme justificado no item 19 deste Termo de Referência.

16.2. A proposta vencedora será aquela que apresentar o menor valor global do lote, correspondente à soma dos valores totais de cada item para o período contratual de 12 (doze) meses. Para cada item, o valor total será obtido mediante a multiplicação do preço unitário mensal por ponto pela respectiva quantidade de pontos e por 12 (doze) meses, observados os quantitativos estabelecidos no item 26 deste Termo de Referência. O licitante deverá apresentar preço unitário mensal para cada item do lote, vedada a cotação de valor irrisório ou nulo para qualquer deles, ainda que o valor global do lote seja vantajoso. Todos os custos necessários à plena execução da solução deverão estar incluídos nos preços ofertados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

16.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações técnicas mínimas estabelecidas no item 26 deste Termo de Referência para qualquer dos itens do lote, bem como as propostas com preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem o valor de referência da licitação, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. É vedada a adoção de critérios subjetivos de julgamento, devendo a aceitabilidade das propostas limitar-se à verificação objetiva do atendimento às especificações técnicas e à compatibilidade do preço com o valor de referência.

17. PRAZO DE VALIDADE DA ARP E DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

17.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de que os preços registrados permanecem vantajosos.

17.2. O instrumento contratual decorrente terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de que os preços continuam vantajosos, de que a execução tem sido satisfatória e de que há disponibilidade orçamentária.

17.3. A prorrogação deverá ser precedida de avaliação formal do desempenho da contratada, elaborada pelo fiscal do contrato e aprovada pelo gestor, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência vigente.

18. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

18.1. O critério de julgamento de **menor preço por lote (grupo de itens)**, em detrimento do julgamento por item isolado, justifica-se pela conveniência administrativa de centralizar a execução dos itens 1 e 2 em um único fornecedor, nos termos do art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A execução unificada por um único fornecedor permite à Administração exercer controle centralizado sobre a qualidade, a disponibilidade e o cumprimento do SLA contratado para a integralidade dos 80 pontos de conexão, com um único preposto, um único canal formal de comunicação e um único processo de fiscalização e faturamento, em vez de fiscalizar simultaneamente dois contratos com fornecedores, prazos e interlocutores distintos.

18.3. A centralização da execução reduz, ainda, o risco de conflito de responsabilidade entre fornecedores distintos em situações que envolvam pontos de rede interdependentes ou incidentes que afetem simultaneamente unidades atendidas pelos dois itens, simplificando a apuração de causas e a aplicação de eventuais penalidades.

18.4. Não obstante a natureza técnica distinta dos itens 1 e 2, conforme demonstrado no item 5 do ETP balizador deste Termo de Referência, o mercado de telecomunicações dispõe de operadoras de porte regional e nacional aptas a fornecer, simultaneamente, banda larga empresarial e link dedicado, não se verificando, em princípio, restrição desproporcional à competitividade do certame, observados os

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

requisitos de qualificação técnica proporcional a serem estabelecidos no edital, vedada a imposição de exigências que, injustificadamente, restrinjam a participação de licitantes.

19. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DA CONTRATAÇÃO EM LOTE ÚNICO:

19.1. O art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece o parcelamento em itens como regra geral nas contratações públicas, sempre que técnica e economicamente viável, sem prejuízo da possibilidade de agrupamento de itens em lote, mediante motivação expressa, quando a divisão isolada comprometer a adequada execução, a fiscalização ou a economia de escala da contratação. No presente caso, os itens 1 e 2 permanecem individualizados para fins de registro do preço unitário de cada produto, mas serão julgados, adjudicados e executados conjuntamente, sob a forma de lote único, pelos fundamentos a seguir expostos:
a) unicidade de execução e fiscalização: a centralização da execução dos itens 1 e 2 em um único fornecedor permite à Administração exercer controle unificado sobre a qualidade, a disponibilidade e o cumprimento do SLA contratado, com um único conjunto de canais de comunicação, prepostos e instrumentos de fiscalização para a integralidade dos 80 pontos de conexão;
b) redução da complexidade da gestão contratual: a gestão de um único contrato, em vez de dois contratos com fornecedores distintos e regras potencialmente divergentes de atendimento, simplifica a rotina do gestor e do fiscal e reduz o risco de conflito de responsabilidade entre fornecedores em caso de falha na rede;
c) economia de escala administrativa: a concentração da execução em fornecedor único reduz o número de notas fiscais, relatórios e processos de pagamento a serem conferidos mensalmente, sem prejuízo da manutenção de preços unitários distintos para cada item do lote;
d) preservação da competitividade: a exigência de capacidade técnica para ambos os produtos é compatível com a realidade do mercado de telecomunicações, no qual operadoras regionais e nacionais costumam oferecer tanto banda larga empresarial quanto link dedicado, não se verificando restrição desproporcional à participação de licitantes, observados os requisitos de qualificação técnica proporcional a serem estabelecidos no edital.

19.2. A manutenção da individualização dos itens 1 e 2 para fins de registro de preços, ainda que julgados em lote único, preserva a transparência quanto ao valor unitário de cada produto, permitindo o controle individualizado de custos e a eventual revisão de preços específica para cada item, sem prejuízo da unicidade da execução contratual.

20. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

20.1. Em observância aos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação visa alcançar os seguintes resultados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis:

Nº	Resultado Pretendido	Indicador/Evidência Esperada
1	Continuidade dos sistemas informatizados municipais	Ausência de interrupções não programadas superiores ao SLA contratado
2	Cumprimento das obrigações eletrônicas perante órgãos de controle e plataformas federais	Transmissões realizadas dentro dos prazos legais
3	Melhoria do atendimento ao cidadão	Redução de reclamações relacionadas à indisponibilidade de sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

Nº	Resultado Pretendido	Indicador/Evidência Esperada
4	Economicidade na contratação	Valor contratado compatível com os preços de mercado pesquisados formalmente
5	Padronização da infraestrutura de conectividade municipal, proporcional à criticidade de cada ponto	Adoção de capacidades e SLA compatíveis com cada perfil de unidade administrativa

21. ANÁLISE E MAPA DE RISCO DA CONTRATAÇÃO:

21.1. A análise de riscos do presente Termo de Referência foi elaborada com fundamento nos arts. 169 e 170 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de identificar, avaliar e propor medidas mitigadoras para os principais riscos inerentes à contratação, nas fases de seleção do fornecedor, execução contratual e recebimento dos serviços.

21.2. A metodologia adotada é qualitativa, com avaliação dos riscos segundo probabilidade de ocorrência (Baixa, Média ou Alta) e impacto sobre o objeto (Baixo, Médio ou Alto), resultando em nível de risco que orienta a priorização das medidas mitigadoras.

Risco Identificado	Descrição e Causas	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Mitigadoras
Indisponibilidade de fibra óptica na região	Ausência de infraestrutura de fibra em determinados pontos do Município, limitando a competitividade do certame	Média	Médio	Médio	Permitir alternativa de rádio digital apenas como redundância secundária; vistoria prévia de viabilidade
Sobrepreço em relação ao mercado	Os preços propostos no certame superam os valores praticados no mercado regional	Baixa	Médio	Baixo	Pesquisa formal de preços robusta, nos termos do item 13; estabelecimento de valor máximo aceitável
Falha na instalação dentro do prazo	Atraso do fornecedor na instalação inicial dos pontos, comprometendo a continuidade dos serviços	Média	Médio	Médio	Fixação de prazo contratual com penalidade por atraso; exigência de cronograma detalhado de instalação
Interrupção prolongada da conexão (item 2)	Falha técnica ou rompimento de cabeamento causa indisponibilidade superior ao SLA contratado	Média	Alto	Alto	Exigência contratual de SLA mínimo, redundância de rota e penalidades financeiras por indisponibilidade
Irregularidade superveniente do fornecedor	O fornecedor perde condição de regularidade fiscal ou trabalhista após a assinatura do contrato	Baixa	Alto	Médio	Verificação periódica de regularidade; rescisão contratual em caso de irregularidade não sanada
Vazamento ou comprometimento de dados	Falha de segurança na infraestrutura do fornecedor compromete o tráfego de dados institucionais	Baixa	Alto	Médio	Cláusulas contratuais de segurança e LGPD; exigência de recursos mínimos de proteção de rede

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

Risco Identificado	Descrição e Causas	Prob.	Impacto	Nível	Medidas Mitigadoras
Contingência orçamentária	Corte ou contingenciamento orçamentário compromete o valor disponível para a contratação	Média	Médio	Médio	Reserva de crédito prévia; acompanhamento da execução orçamentária; alerta ao atingir 70% do valor
Gestão contratual deficiente	Ausência ou ineficiência do gestor/fiscal do contrato compromete o acompanhamento do SLA e dos pagamentos	Média	Alto	Alto	Designação formal e capacitação específica do gestor e fiscal; rotina mensal de controle
Descontinuidade na prorrogação contratual	Ausência de planejamento tempestivo para a prorrogação compromete a continuidade do serviço	Baixa	Alto	Médio	Instrução de novo processo com antecedência mínima de 60 dias do término da vigência
Divergência entre pontos instalados e faturados	Cobrança por pontos não efetivamente instalados ou em desacordo com o SLA contratado	Baixa	Médio	Baixo	Checklist de conferência mensal pelo fiscal; vinculação do faturamento ao relatório de desempenho

21.3. Os riscos de nível Alto são passíveis de mitigação mediante adoção das medidas preventivas elencadas, não constituindo impedimento à viabilidade da contratação.

21.4. Os riscos de nível Médio demandam atenção contínua pelo gestor e fiscal durante toda a vigência contratual.

22. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

22.1. Os serviços contratados serão submetidos a recebimento em duas etapas, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:
a) Recebimento provisório: realizado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a ativação de cada ponto, mediante verificação da conformidade técnica da instalação e dos testes de desempenho;
b) Recebimento definitivo: realizado pelo gestor do contrato, mediante acompanhamento mensal contínuo da disponibilidade e do desempenho de cada ponto, com base no relatório de execução e na conferência dos valores cobrados.

22.2. O recebimento definitivo constitui condição para a liquidação da despesa e o pagamento da nota fiscal. É vedado o ateste de serviços não conformes ou desacompanhados de documentação fiscal regularmente emitida.

22.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações contratadas, devendo a contratada adotar as medidas corretivas nos prazos estabelecidos no item 9, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

22.4. O recebimento dos serviços não exonera a contratada de sua responsabilidade civil pela qualidade dos serviços prestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

23. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO FORNECEDOR:

23.1. Da Prefeitura Municipal de Goianinha (Contratante)

23.1.1. Constituem obrigações da Contratante:
a) emitir as Ordens de Serviço de instalação de forma clara, completa e tempestiva;
b) viabilizar o acesso da contratada aos locais de instalação e franquear as informações necessárias à execução contratual;
c) realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços nos prazos estabelecidos;
d) efetuar o pagamento no prazo contratual, após o recebimento definitivo e a liquidação da nota fiscal;
e) designar o gestor e o fiscal do contrato e mantê-los formalmente nomeados durante toda a vigência;
f) notificar a contratada sobre irregularidades na execução e aplicar as penalidades cabíveis, assegurado o contraditório;
g) zelar pelo cumprimento das normas de proteção de dados pessoais (LGPD) no âmbito das informações compartilhadas com a contratada.

23.2. Da Empresa Contratada (Prestadora)

23.2.1. Constituem obrigações da Contratada:
a) prestar os serviços em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e com as Ordens de Serviço emitidas, dentro dos prazos estabelecidos no item 9;
b) fornecer, transportar, instalar e aplicar, às suas expensas, todos os materiais, insumos, cabos, conectores, adaptadores, fontes, suportes, acessórios, componentes, ferramentas e demais recursos necessários à instalação, ativação, operação e manutenção dos serviços, bem como fornecer, instalar, configurar, manter, substituir e atualizar, em regime de comodato, os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
c) comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer falha, interrupção ou degradação de desempenho identificada;
d) manter sigilo sobre as informações institucionais e os dados tratados em razão da execução contratual, nos termos da LGPD;
e) emitir notas fiscais regulares mensalmente, acompanhadas do relatório de desempenho e disponibilidade por ponto;
f) manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas;
g) designar e manter preposto com plenos poderes operacionais para representar a empresa junto à Administração Municipal;
h) observar os critérios sociais, trabalhistas e de sustentabilidade previstos nos itens 11 e 12;
i) adotar práticas de integridade e anticorrupção, abstendo-se de qualquer conduta que possa configurar infração à Lei nº 12.846/2013;
j) responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração Municipal ou a terceiros em razão de falhas na execução dos serviços;
k) assumir integralmente todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, vedada a cobrança adicional de taxas de instalação, locação de equipamentos, materiais, manutenção, substituição de componentes ou qualquer outro encargo indispensável à prestação dos serviços.

23.3. Obrigações Conjuntas

23.3.1. Constituem obrigações da Contratante e da Contratada, conjuntamente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

a) manter comunicação formal e rastreável, por meio dos canais definidos no item 9.4, para todas as questões relativas à execução contratual;
b) cooperar mutuamente para a boa execução do objeto;
c) zelar pelo cumprimento das disposições da LGPD e de demais normas de proteção de dados aplicáveis.

24. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

24.1. O controle e acompanhamento da execução contratual serão exercidos pelo fiscal do contrato, formalmente nomeado pela autoridade competente, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021. A atuação fiscalizatória da Administração não exclui nem atenua a responsabilidade integral da contratada pela qualidade dos serviços prestados.

24.2. O fiscal do contrato deverá manter registro formal e atualizado de todas as ocorrências contratuais, consignando data, descrição detalhada e medidas adotadas, encaminhando ao gestor do contrato para deliberação sobre as situações que ultrapassem sua competência.

24.3. Reunião periódica de acompanhamento deverá ser realizada ao menos uma vez por mês entre o fiscal e o preposto da contratada, para avaliação do desempenho, identificação de não conformidades e definição de medidas corretivas.

24.4. O gestor do contrato deverá realizar, ao menos trimestralmente, avaliação formal do desempenho da contratada, com base nos indicadores definidos no item 7.4, registrando o resultado no processo administrativo.

25. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

25.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

25.2. Constituem hipóteses de aplicação de penalidades, entre outras:
a) descumprimento de qualquer dos prazos estabelecidos no item 9.2;
b) indisponibilidade da conexão em qualquer ponto abaixo do SLA mínimo contratado, sem justificativa aceita pelo fiscal;
c) cobrança por pontos não efetivamente instalados ou em desacordo com as especificações técnicas;
d) descumprimento das obrigações de sigilo e proteção de dados pessoais;
e) abandono ou inexecução total do contrato;
f) recusa injustificada em fornecer, substituir ou manter materiais, componentes ou equipamentos necessários à execução, bem como tentativa de cobrança adicional por itens ou encargos que integrem o preço global mensal contratado.

25.3. Sanções Aplicáveis

25.3.1. Conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

Sanção	Hipótese de Aplicação	Percentual/Prazo
Advertência	Descumprimento de obrigações de menor gravidade sem reincidência	–
Multa por atraso na instalação	Descumprimento do prazo do item 9.2, nº 1, por ponto	0,5% do valor mensal do item por dia de atraso, até o limite de 10%
Multa por indisponibilidade	Disponibilidade mensal inferior ao SLA mínimo contratado	Até 10% do valor mensal do ponto afetado, sem prejuízo da glosa proporcional
Multa por inexecução parcial	Falha de suporte técnico, descumprimento de prazos de reparo	Até 10% do valor do serviço afetado
Multa por inexecução total	Recusa de instalação sem justificativa, abandono do contrato	Até 20% do valor estimado do contrato
Impedimento de licitar e contratar	Reincidência em infrações graves	Até 3 anos (art. 156, III)
Declaração de inidoneidade	Infrações muito graves, dolo ou má-fé comprovados	Até 6 anos (art. 156, IV)

25.4. A aplicação de qualquer sanção será precedida de notificação formal à contratada, garantindo-se o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

25.5. As multas têm natureza não compensatória e não excluem o dever de reparar integralmente os danos causados à Administração.

26. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ESCOPO DETALHADO DOS SERVIÇOS:

26.1. O presente item detalha as especificações técnicas mínimas e o escopo detalhado dos serviços a serem prestados em cada item da contratação.

26.1. Tabela de Especificações Técnicas

Item	Descrição	Veloc. Mínima	Qtde. de Pontos	Disponibilidade Mínima	IP Fixo
1	Internet banda larga empresarial via fibra óptica, sem banda dedicada exclusiva, com suporte técnico empresarial e solução completa por ponto, incluindo instalação, configuração, ativação, todos os materiais, insumos, cabos, conectores, acessórios e componentes necessários, equipamentos em regime de comodato, manutenção e suporte técnico	700 Mbps	70	99%	Sim (mín. 1 IP)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

Item	Descrição	Veloc. Mínima	Qtde. de Pontos	Disponibilidade Mínima	IP Fixo
2	Link dedicado de internet via fibra óptica, banda exclusiva, simétrico, com SLA rigoroso, suporte 24x7 e solução completa por ponto, incluindo instalação, configuração, ativação, todos os materiais, insumos, cabos, conectores, acessórios e componentes necessários, equipamentos em regime de comodato, manutenção e suporte técnico	1 Gbps (1.000 Mbps)	10	99,5%	Sim (bloco /29)

26.2. Serviços de Instalação

26.2.1. A empresa contratada deverá, para cada ponto:
a) realizar vistoria técnica prévia e apresentar projeto de instalação;
b) executar a passagem de cabeamento de fibra óptica e fornecer, transportar e instalar todos os materiais, insumos, cabos, conectores, adaptadores, fontes, suportes, acessórios, componentes e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento do ponto, estes últimos em regime de comodato quando vinculados à prestação continuada, sem custo adicional para o Município;
c) realizar testes de desempenho (velocidade, latência e estabilidade) na presença do fiscal ou de servidor por ele designado, antes da ativação definitiva.

26.2.2. A instalação de cada ponto somente será considerada concluída quando todos os materiais, componentes e equipamentos necessários estiverem instalados, configurados e em pleno funcionamento, com os testes de desempenho aprovados. Todos os custos correspondentes deverão estar incluídos no preço mensal do respectivo ponto, sem qualquer cobrança adicional ao Município.

26.3. Serviços de Suporte Técnico

26.3.1. A empresa contratada deverá manter canal de suporte técnico empresarial disponível nos termos dos prazos estabelecidos no item 9.2, com registro de todos os chamados abertos e respectivas soluções.

26.4. Relatório Mensal de Desempenho

26.4.1. A empresa contratada deverá elaborar e entregar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório de desempenho contendo, por ponto: disponibilidade mensal apurada, ocorrências de indisponibilidade (data, duração e causa), chamados técnicos abertos e respectivos prazos de atendimento e resolução, e velocidade média aferida no período.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS:

27.1. A execução deste Termo de Referência observará integralmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas correlatas aplicáveis às contratações públicas municipais.

27.2. As situações não expressamente previstas neste instrumento serão resolvidas pela autoridade competente, com observância dos princípios gerais do direito administrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745.

27.3. O presente Termo de Referência, juntamente com o edital, a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual e seus anexos, integra o conjunto de documentos que regerá a contratação e a execução do objeto. Eventuais divergências deverão ser solucionadas mediante interpretação sistemática dos instrumentos, observada a hierarquia estabelecida no edital e no contrato, a vinculação ao instrumento convocatório, a proposta adjudicada e os princípios da Lei nº 14.133/2021, com decisão formalmente motivada pela autoridade competente.

27.4. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência sem anuência prévia e expressa da Administração Municipal.

27.5. A empresa contratada deverá manter as condições de habilitação exigidas durante toda a vigência do contrato, sob pena de extinção unilateral pela Administração, sem direito à indenização, além das penalidades previstas no item 25 deste Termo de Referência.

27.6. É vedada qualquer propaganda comercial da contratada em razão da execução da presente contratação.

27.7. As dúvidas sobre a interpretação das disposições deste Termo de Referência serão dirimidas pelo gestor do contrato, com parecer do setor jurídico quando necessário.

27.8. O Município reserva-se o direito de extinguir unilateralmente o contrato, a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, assegurado o ressarcimento dos serviços efetivamente prestados e aceitos até a data da extinção, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

Goianinha/RN, na data da assinatura eletrônica.

Lidiane de Oliveira Bezerra Silva
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

TR_INTERNET_GOIANINHA

Colaboradores que assinaram	CPF/CNPJ	Assinado em	Válidado por Biometria
LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA	***.374.6**-**	20/08/2026 às 09:58:44	

As assinaturas emitidas pelo **eSipe** são classificadas como assinatura eletrônica avançada nos parâmetros da **Lei Federal 14.063/2020** e possui sua validade jurídica plena, inclusive perante atos de entes públicos, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no **RE 2159442PR** (2024/0267355-0).

A identidade deste documento é:

8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745

Escaneie o QrCode abaixo para obter a validade do documento:

https://esipe.com.br/verificacao/141227/8BCC931767A91B5A0DC8651B7ACCDD951E74FA952ED3D876E221FE737FC0F745

ANEXO V – PESQUISA FORMAL DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
Valide a assinatura em: https://esipe.com.br/verificacao/148667/FE1BC79BEC90B20D0A5CB2429EED81AC6E3DB2A21FED4CDBE89CF29505EF1B66.

Pesquisa Mercadológica

Pesquisa Nº: **88/2026** Período: **20/08/2026 a 02/09/2026** Nº Processo: **5503/2026** Tipo de Cálculo: **Menor Valor por Item**

Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade à internet, destinados ao atendimento das unidades administrativas, educacionais e de saúde do Município de Goianinha/RN, incluindo instalação, fornecimento e disponibilização dos equipamentos necessários, manutenção e suporte técnico, de modo a assegurar conectividade estável, contínua e adequada ao funcionamento dos serviços públicos municipais.**

Item	Qtd. Und	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	Vlr. Final	Vlr. Total
		281.125,32	**281.125,32**	
1 - 0043939 - Internet banda larga empresarial 700 Mbps - 70 PONTOS	12,00 Mês	8.183,3300	**8.183,3300**	98.199,9600
2 - 0043940 - Link dedicado 1 Gbps simétricos, com SLA - 10 PONTOS	12,00 Mês	15.243,7800	**15.243,7800**	182.925,3600
Total:				**281.125,32**

*** Valor Inexequível**

Observação:

Usuário

Maria Emmanoelle da Silva Cabral

###.986.394-##

AUX. ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

MAPADEPREÇO_INTERNET

Colaboradores que assinaram	CPF/CNPJ	Assinado em	Válidado por Biometria
MARIA EMMANOELLE DA SILVA CABRAL	***.986.3**-**	02/09/2026 às 10:34:13	

As assinaturas emitidas pelo **eSipe** são classificadas como assinatura eletrônica avançada nos parâmetros da **Lei Federal 14.063/2020** e possui sua validade jurídica plena, inclusive perante atos de entes públicos, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no **RE 2159442PR** (2024/0267355-0).

A identidade deste documento é:

FE1BC79BEC90B20D0A5CB2429EED81AC6E3DB2A21FED4CDBE89CF29505EF1B66

Escaneie o QrCode abaixo para obter a validade do documento:

https://esipe.com.br/verificacao/148667/FE1BC79BEC90B20D0A5CB2429EED81AC6E3DB2A21FED4CDBE89CF29505EF1B66